

Relatório da execução orçamental

4.º Trimestre de 2016

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais [alínea e), nº 1 do artigo 42º da Lei 50/2012; nº 2 do artigo 25º e alínea i) nº 1 do artigo 44º do Decreto-lei 133/2013] e ainda da alínea e) nº 1 do artigo 27º dos Estatutos da sociedade passamos a apresentar a V. Exas., o relatório trimestral de execução orçamental relativo ao 4º trimestre do exercício de 2016.

1. Execução orçamental

A execução orçamental no final do trimestre em análise foi a seguinte:

Classif.	Discriminação	Orçamento de Exploração		Resultado Exploração 31-12-2016 3	Taxa de execução 4=3/2	Desvios	
		Ano de 2016 1	Em 31-12-2016 2			em valor 5=3-2	em % 6=5/2
6	GASTOS						
61	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	23.500,00	23.500,00	18.618,59	79,23%	-4.881,41	-20,77%
62	FORNECIMENTO E SERVICOS EXTERNOS	862.254,60	862.254,60	755.830,14	87,66%	-106.424,46	-12,34%
63	GASTOS COM O PESSOAL	577.774,59	577.774,59	590.867,60	102,27%	13.093,01	2,27%
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO	127.520,40	127.520,40	128.973,95	101,14%	1.453,55	1,14%
65	PERDAS POR IMPARIDADE	0,00	0,00	3.243,99	100,00%	3.243,99	100,00%
66	PERDAS POR REDUCÃO JUSTO VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	12.750,00	12.750,00	12.075,18	94,71%	-674,82	-5,29%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	3.200,00	3.200,00	2.364,27	73,88%	-835,73	-26,12%
	TOTAL DE GASTOS E PERDAS	1.606.999,59	1.606.999,59	1.511.973,72	94,09%	-95.025,87	-5,91%
7	RENDIMENTOS						
71	VENDAS	21.525,00	21.525,00	16.701,38	77,59%	-4.823,62	-22,41%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3.450,00	3.450,00	3.429,75	99,41%	-20,25	-0,59%
74	TRABALHOS PARA PRÓPRIA ENTIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	1.560.490,06	1.560.490,06	1.488.198,20	95,37%	-72.291,86	-4,63%
76	REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
77	GANHOS POR AUMENTOS JUSTO VALOR	500,00	500,00	0,00	0,00%	-500,00	-100,00%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	55.592,73	55.592,73	58.599,36	105,41%	3.006,63	5,41%
79	JUROS DIVIDENDOS E O/REND.SIMILARES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS	1.641.557,79	1.641.557,79	1.566.928,69	95,45%	-74.629,10	-4,55%
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	34.558,20	34.558,20	54.954,97	159,02%	20.396,77	59,02%
	Imposto estimado para o período	-4.132,00	-4.132,00	1.428,48	-34,57%	5.560,48	-134,57%
	RESULTADO LÍQUIDO	38.690,20	38.690,20	53.526,49	138,35%	14.836,29	38,35%

2. Análise da execução da exploração

De acordo com o quadro anterior, os desvios mais significativos em valor foram os seguintes:

2.1 - FORNECIMENTO E SERVICOS EXTERNOS

Esta rubrica regista o seguinte desvio (positivo):

Previsão	Execução	Desvio	%
862.254,60	755.830,14	-106.424,46	-12,34%

O desvio apresenta uma expressão relativa de -12,34%.

O facto de o desvio ser positivo, permite concluir que os encargos contabilizados são inferiores ao estimado, sendo a sua origem em grande parte resultante de encargos assumidos com formandos abaixo do estimado e que não têm reflexos nos resultados porque os mesmos não são cobertos com subsídios do mesmo montante provenientes do POCH. (ver ponto 2.4.2).

2.2 - GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica regista o seguinte desvio (negativo):

Previsão	Execução	Desvio	%
577.774,59	590.867,60	13.093,01	2,27%

O desvio tem uma expressão relativa de reduzido significado (+2,27%), com origem nas seguintes rubricas:

Subrubricas	Previsão	Execução	Desvio	%
Remunerações: não docentes	224.320,64	212.396,04	-11.924,60	-5,32%
Remunerações: docentes	177.882,48	182.820,08	4.937,60	2,78%
Subsídio de natal	30.778,88	30.702,31	-76,57	-0,25%
Encargos com férias	30.778,88	35.524,14	4.745,26	15,42%
Encargos s/ remunerações	103.633,68	116.016,49	12.382,81	11,95%
Outros gastos com pessoal	10.380,03	13.408,54	3.028,51	29,18%
	577.774,59	590.867,60	13.093,01	2,27%

O desvio na rubrica "Remunerações: não docentes" é positivo e resulta do facto de no orçamento não se ter previsto que uma funcionária administrativa iria estar de licença médica desde meados do ano.

O desvio na rubrica "Remunerações: docentes" é negativo, consequência de no orçamento do ano letivo em curso não se ter previsto o gasto com dois docentes na rubrica de 'Gastos com o Pessoal', o que não afeta os Resultados do Exercício pelo facto de, assim, este encargo não aparecer na rubrica '62-Fornecimentos e Serviços Externos'.

O desvio negativo na rubrica "Encargos s/ remunerações" apresenta um valor com significativo e resulta do facto de não se ter previsto o encargo com o Serviço Nacional de Saúde apurado pelo método da capitação de acordo com o Artigo 110º da Lei 7-A/2016 (Orçamento de Estado para 2016), no valor real acumulado de 11.313,54 euros.

Os desvios nas restantes rubricas são consequência dos acontecimentos acima referidos.

2.3 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Nesta rubrica regista-se um desvio de:

Previsão	Execução	Desvio	%
12.750,00	12.075,18	-674,82	-5,29%

O desvio apresenta uma expressão relativa de -5,29%.

O facto de o desvio ser positivo, permite concluir que os encargos contabilizados são inferiores ao estimado.

2.4 - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica regista o seguinte desvio (negativo):

Previsão	Execução	Desvio	%
1.560.490,06	1.488.198,20	-72.291,86	-4,63%

O desvio tem uma expressão relativa e uma expressão absoluta, ambas com reduzido significado, com origem nas seguintes sub-rubricas:

Subrubricas	Previsão	Execução	Desvio	%
POCH -subsídios aos cursos	985.805,46	985.499,61	-305,85	-0,03%
POCH -formandos	412.575,93	342.301,39	-70.274,54	-17,03%
De outras entidades	162.108,67	160.397,20	-1.711,47	-1,06%
	1.560.490,06	1.488.198,20	-72.291,86	-4,63%

Neste caso, conclui-se o seguinte:

2.4.1. A imputação relativa ao 'POCH-Subsídio aos cursos' apresenta um desvio (negativo) de 305,85€ em termos absolutos e de 0,03% em termos relativos, o que é de reduzida importância.

O desvio justifica-se pela imputação dos 'Subsídios' com a seguinte estimativa:

	1º semestre	2º semestre	TOTAL
639.190,96 € x 100,00%	639.190,96		639.190,96
346.614,50 € x 100,00%		346.614,50	346.614,50
	639.190,96	346.614,50	985.805,46

E se veio a efetuar a seguinte imputação:

	1º semestre	2º semestre	TOTAL
648.774,87 € x 100,00%	648.774,87		648.774,87
350.018,96 € x 100,00%		350.018,96	350.018,96
Correção resultante de desistências =	-12.714,22	0,00	-12.714,22
Dedução de receitas próprias =	-480,00	-100,00	-580,00
	635.580,65	349.918,96	985.499,61

De referir que a rubrica de 'Correção resultante de desistências' passou a ser movimentada, no ano letivo de 2016/2017, quando uma turma fica abaixo de 18 alunos, quando anteriormente tal sucedia logo que uma turma ficasse abaixo dos 22 alunos.

2.4.2. Na sub-rubrica 'POCH-formandos' tem-se verificado a execução de valor inferior ao orçamentado (-70.274,54€), sem que tal afete os Resultados da EPRM, porque a variação desta rubrica é acompanhada de variação de igual montante nos encargos com os alunos, classificados na rubrica 62-Fornecimentos e serviços externos;

2.4.3. Finalmente registou-se um desvio negativo de 1.711,47€ quase na totalidade justificado pelo facto de o valor imputado com o Erasmus+ "Softskills" ser inferior ao do orçamento, sem

afetar os Resultados da EPRM, porque a variação desta rubrica é acompanhada de variação de igual montante nos encargos classificados na rubrica 62-Fornecimentos e serviços externos:

	Previsão	Execução	Desvio
Da Fundação Ilídio Pinho	0,00 €	500,00 €	500,00 €
Do Erasmus+ "Softskills"	162.108,67 €	159.003,38 €	-3.105,29 €
De outros	0,00 €	893,82 €	893,82 €
	162.108,67 €	160.397,20 €	-1.711,47 €

2.5 - RESULTADO LIQUIDO

Estes desvios contribuíram de forma significativa para o desvio (positivo) no 'Resultado Líquido' apurado:

Subrubricas	Previsão	Execução	Desvio	%
Resultado antes de impostos	34.558,20	54.954,97	20.396,77	59,02%
Imposto estimado:				
- Impostos diferidos	-11.735,00	-11.591,52	-143,48	-1,22%
- Imposto s/ rendimento do período	7.603,00	13.020,00	-5.417,00	-71,25%
RESULTADO LÍQUIDO	38.690,20	53.526,49	14.836,29	38,35%

3. Análise da execução dos Investimentos

A execução dos investimentos foi a seguinte:

Rubricas	Previsão	Execução	Desvio	%
Edifícios e outras construções	61.500,00	0,00	-61.500,00	-100,00%
Equipamento básico	45.000,00	25.845,47	-19.154,53	-42,57%
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00%
Equipamento administrativo	2.500,00	99,93	-2.400,07	-96,00%
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
Programas de computador	5.000,00	5.492,95	492,95	9,86%
SOMAS	114.000,00	31.438,35	-82.561,65	-72,42%

No período em análise não se executou a obra da 'sala de convívio e atividades para alunos', prevista na rubrica de 'Edifícios e outras construções', nem a aquisição de alguns equipamentos para as oficinas, previstos na rubrica de 'Equipamento básico'.

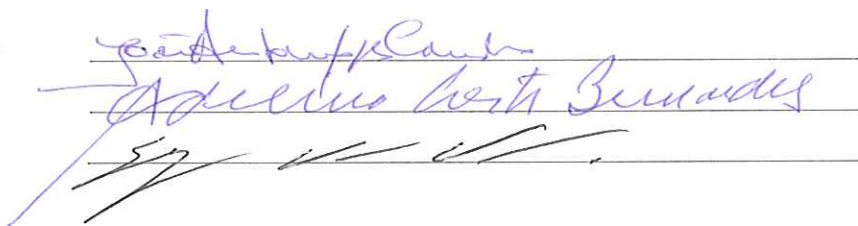
Rio Maior, 02 de fevereiro de 2017

O Conselho de Gerência

João António Lopes Candoso

Adelino da Costa Bernardes

Sérgio Mendes Gonçalves





Relatório do Fiscal Único sobre a Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2016

Introdução

1. No cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, procedemos à revisão da informação financeira incluída no “Relatório da execução orçamental – 4.º Trimestre de 2016” da EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM, relativa ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gerência a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
3. A nossa responsabilidade consiste em elaborar um relatório profissional e independente em que se refiram as análises e controlos efetuados, bem como emitir um parecer sobre eventuais anomalias detetadas.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação contida no Relatório de execução orçamental anteriormente referido está isenta de distorções materialmente relevantes. Considerando o âmbito do nosso trabalho, os procedimentos e testes de revisão efetuados consistiram no seguinte:
 - Verificação se os valores considerados no Relatório da execução orçamental são coincidentes com os montantes aprovados no Plano de atividades e Orçamento para o ano de 2016;
 - Análise do balancete referente ao quarto trimestre de 2016, tendo-se efetuado uma revisão analítica da informação financeira respeitante ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2016, incluindo a verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - Realização de uma análise sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas e tendo por base a informação fornecida pela Empresa.



Pão Alvo & Associado - SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CMVM n.º 20161541 / OROC n.º 248

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre o Relatório da execução orçamental relativo ao 4.º trimestre de 2016.

Conclusão

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta o Relatório da execução orçamental relativo ao 4.º trimestre de 2016, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tal Relatório não reflita a atividade da Empresa no período em causa.

Odivelas, 21 de fevereiro de 2017

Pão Alvo & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Dr. José Luís Simões Pão Alvo (ROC 803)